



VEREADOR ADELI SELL (PT) – Comunicação de Líder: Ver. Reginaldo Pujol, na presidência dos trabalhos, vereadores e vereadoras, a cada dia que passa o governo municipal nos apresenta algumas emboscadas. Nós temos uma lei correta, viável, exequível sobre a adoção de praças, mas a Prefeitura manda revogar e quer fazer uma legislação sobre a concessão de parques e praças. Nós poderíamos discutir as concessões, as permissões e as autorizações, se não tivéssemos uma lei efetiva que garante a adoção de praças. É

uma lei que está em vigor, que funciona, e a Prefeitura não autoriza as adoções. Muitas pessoas querem adotar praças, cuidar de praças, eu fiz vários encaminhamentos e sempre são infrutíferos. Ou seja, a Prefeitura não quer andar para frente. Particpei de um debate com o Carús e representantes do Pacto Alegre, fico feliz que a iniciativa privada, a academia, a sociedade civil comecem a se colocar em marcha, e, se preciso for, espero que atrepele a administração pública municipal. Como disse antes, a cada dia que passa há alguma emboscada, literalmente, para atrapalhar a vida das pessoas.

Nós aprovamos aqui a Lei Geral dos Táxis, fizemos várias reuniões da Comissão de Constituição e Justiça para tratar da questão dos táxis. Prometeram que até o final deste mês de março – portanto passou março de novo, quando deveria ter sido em janeiro – estaria resolvida a questão de fornecer para as pessoas a autorização dos táxis, já que o serviço não é mais permissionado. Eis que a Prefeitura vai à mídia, anuncia para a grande imprensa que vai rever a Lei Geral dos Táxis. O governo foi derrotado pelos vereadores aqui. Catorze vetos da Prefeitura, do Sr. Prefeito Municipal, foram derrubados. Hoje estamos amparados numa posição da Suprema Corte brasileira, do STF, de que o serviço de táxi é um serviço autorizativo, não é mais um serviço permissionado, e não se passam mais as autorizações àqueles que pediram transferência. Não tem mais transferência de permissão porque a permissão não mais existe. E ainda vem com essa nova história de rever, como está tentando passar a perna na Câmara sobre a questão da biometria. Este governo desconhece o que é a legislação maior, desconhece que tem um Supremo que já pacificou essa questão: o serviço de táxi é autorizado, não tem mais nada o que mexer; tem que fazer valer. Se nós estivéssemos sob a égide da legislação de alguns países avançados, como a Inglaterra, em que a chamada lei comum, *common law*, pela tradição. os juizes comuns decidem um conjunto de questões e podem decidir. Aqui, se entra na justiça e, se quiser, ficam sentados em cima dos processos e nada acontece. Mas eu

quero lembrar ao Sr. Prefeito Municipal que ainda existe uma Constituição neste País, que ainda existe uma Lei Orgânica, que lei aprovada e sancionada, veto derrubado entram automaticamente em vigor. A Lei Geral dos Táxis está em vigor, o prefeito é que não está obedecendo a legislação. Nós não vamos nos calar, nós vamos mobilizar a sociedade para que o prefeito pare de uma vez por todas de achar que ele é o rei. Aqui não tem reinado, aqui tem lei, aqui tem compromisso, aqui têm votações, aqui tem Parlamento. Que o prefeito saiba que aqui tem a Casa do Povo, que a legislação aqui decidida deve ser aplicada. Ele ainda tem o poder de veto, mas o veto derrubado é lei e se aplica imediatamente. A Lei Geral dos Táxis foi aprovada, os vetos foram derrubados, ela está em vigor, portanto, aplique-se a lei. Chega, prefeito, de inventar pegadinhas e emboscada. Obrigado.

(Texto sem revisão final.)